



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUCAS PEREIRA DOS SANTOS

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL?

**A PARTICIPAÇÃO DE EPITÁCIO PESSOA NA MISSÃO DIPLOMÁTICA
BRASILEIRA EM PARIS E A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1919**

BRASÍLIA-DF

2024

LUCAS PEREIRA DOS SANTOS

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL

**A PARTICIPAÇÃO DE EPITÁCIO PESSOA NA MISSÃO DIPLOMÁTICA
BRASILEIRA EM PARIS E A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1919**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Bruno Leal Pastor de Carvalho

BRASÍLIA-DF

2024

DIPLOMACIA PRESIDENCIAL?

A participação de Epitácio Pessoa na missão diplomática brasileira em Paris e a campanha presidencial de 1919

Lucas Pereira dos Santos

Resumo

O presente artigo tem como intuito compreender o contexto político que contribuiu para a vitória eleitoral de Epitácio Pessoa no ano de 1919. Nesse sentido, busco entender as relações políticas que incidiram para que o líder da delegação brasileiro na Conferência da Paz em Paris se tornasse candidato e posteriormente presidente da república. Para isso, pretendo por meio dos jornais Correio da Manhã e O Paiz, contextualizar como se deu esse processo. Desse modo, o recorte histórico escolhido tem como marco inicial a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial na qual desencadeia as demais relações subsequentes que levaram Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa à Presidência da República.

Palavras Chaves: Epitácio Pessoa, Primeira Guerra Mundial, Conferência de Paz, Imprensa

Abstract

This article aims to understand the political context that contributed to Epitácio Pessoa's electoral victory in 1919. In this sense, I seek to understand the political relationships that led to the leader of the Brazilian delegation to the Paris Peace Conference becoming a candidate and later president of the republic. To do this, I use the newspapers Correio da Manhã and O Paiz to contextualize how this process took place. Thus, the historical section chosen has as its starting point Brazil's entry into the First World War, which triggered the other subsequent relationships that led Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa to the Presidency of the Republic.

Keywords: Epitácio Pessoa, First World War, Peace Conference, Press

DEDICATÓRIA

Ao meu querido irmão Matheus com amor e carinho!

*Eu hoje tive um pesadelo e levantei atento, a tempo
Eu acordei com medo e procurei no escuro alguém com seu carinho*

*E lembrei de um tempo
Porque o passado me traz uma lembrança
Do tempo que eu era criança
E o medo era motivo de choro
Desculpa pra um abraço ou um consolo.*

*Hoje eu acordei com medo, mas não chorei
Nem reclamei abrigo
Do escuro, eu via um infinito sem presente
Passado ou futuro
Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim.*

Álbum: Olhos de farol, 1999, Poema, NEY MATOGROSSO.

Este trabalho tem como foco contextualizar o cenário histórico que contribuiu para que Epitácio Pessoa torna-se presidente eleito em 1919. Para isso, uso como fontes históricas dois importantes jornais do Rio de Janeiro, o Correio da Manhã e O Paiz. Nesse sentido, buscado entender como o período histórico estudado permitiu que Epitácio Pessoa fosse eleito estando durante todo processo eleitoral fora do país. Desse modo, esse trabalho centra seu estudo em compreender como esse processo eleitoral “estranho” está vinculado ao seu contexto, não sendo possível entender a vitória eleitoral de Epitácio Pessoa sem dimensionar o cenário histórico em que o Brasil e o mundo estavam inseridos no final da segunda décadas do século XX.

Nesse sentido, o artigo está dividido em acontecimentos que nos ajudam a entender o contexto histórico da época. Desse modo, o primeiro acontecimento destacado no trabalho e a entrada e participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, acontecimento este determinante para entender os demais episódios que levará Epitácio à presidência da república. Nessa lógica, a Grande Guerra marca o recorte inicial da pesquisa, pois a partir dela, o Brasil ganha o direito de negociar as condições de paz em Paris. E é dentro desse espaço de negociações que Epitácio ganha destaque e projeção a ponto de se tornar candidato e posteriormente presidente da república. Dessa forma, outro importante acontecimento abordado neste trabalho é a Conferência da Paz de 1919, realizada em Paris. Nessa perspectiva, a participação e liderança de Epitácio Pessoa na Conferência da Paz e nesse trabalho foi entendida como determinante para o seu sucesso eleitoral.

Por fim, esse trabalho busca compreender o contexto político nacional que favoreceu a nomeação de Epitácio Pessoa como candidato viável para a presidência da república. Buscado sanar o problema da sucessão que vinha desde da morte de Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa foi indicado pelo Partido Republicano Mineiro, importante partido da Primeira República e disputou a eleição de 1919 contra Ruy Barbosa, jurista e político com grande destaque nacional e internacional já havendo inclusive representado o Brasil internacionalmente na Conferência de Haia de 1907. Desse modo, o último ponto deste estudo é compreender como o estranho processo eleitoral de 1919 foi possível. Entendendo assim, todo o contexto histórico que refletiu na candidatura e vitória eleitoral de Epitácio Pessoa.

O Brasil na Grande Guerra

A deflagração da Primeira Guerra Mundial não provocou nenhuma alteração imediata nos países latino-americanos, inclusive no Brasil. Inicialmente, o Brasil adotou uma posição que tentava manter um certo distanciamento do conflito, que muitas vezes foi compreendido com um evento puramente europeu. Nos primeiros anos de conflito era natural que os países latino-americanos se declarassem neutros diante a guerra, a princípio os países latino-americanos tinham muito mais a perder do que a ganha com a guerra geograficamente distantes. Nesse panorama, a princípio, era estrategicamente benéfico assumir uma posição de neutralidade, tendo em vista que não era nada vantajoso para uma nação como o Brasil do início do século XX assumir qualquer inimizade com nenhuma grande potência europeia. O comprometimento neste sentido poderia significar graves prejuízos comerciais.

O Brasil do início do século XX era predominantemente agrário e concentrava sua economia majoritariamente na produção e exportação do café, principal produto da economia brasileira. Dessa forma, declarar guerra a qualquer um dos lados beligerantes significa se indispor com umas das partes, podendo assim, afetar o comércio do nosso produto. Buscando evitar essa possibilidade o governo brasileiro, por meio do decreto 11.034, de 4 de agosto de 1914, formalizou as “Regras gerais de neutralidade”¹, que em 27 artigos inibiu qualquer participação direta do Brasil no conflito.

Contudo, a Grande Guerra não deixaria de passar despercebida em solo brasileiro. Não havia nenhuma possibilidade de ignorar um evento dessa magnitude. As capas dos principais jornais espalhados pelo país transmitiam com pesar cada passo do conflito. O jornal carioca, O Paiz, por exemplo, informava diariamente o público dos principais acontecimentos da Guerra. No noticiário do dia 13 de setembro de 1914, o jornal noticiou os combates no interior da França, destacando o ganho de territórios dos aliados e o deslocamento da esquadra alemã pelo báltico². Notícias como essas ocupavam espaço importante dentro dos jornais. Desse modo, invasões, batalhas, deslocamentos de tropas e bombardeios ocupavam parte significativa do noticiário que informava e transmitia ao público a dimensão do conflito. **Que** embora fosse geograficamente distante, fazia parte da realidade de muitos brasileiros que se informavam diariamente pelos jornais impressos.

Nesse sentido, não demoraria a conquistar força os primeiros desejos de romper com a neutralidade. Em decorrência da *Belle Époque* e da forte influência que a cultura francesa

¹ DECRETO Nº 11.037, DE 4 DE AGOSTO DE 1914- texto presente no site da câmara dos deputados.

² As notícias sobre a Grande Guerra destacadas pelo jornal O Paiz diariamente eram acompanhadas da frase: “A grande catastrophe” em suas manchetes. O noticiário do dia 13 de setembro de 1914 não foi diferente. A frase “a grande catastrophe” era como um tipo de slogan usando para destacar a gravidade do conflito.

exercia no Brasil, existia uma certa pensão política para que o Brasil declarasse apoio à França. A liga brasileira pelos aliados, por exemplo, foi um movimento criado por intelectuais com forte apego aos valores culturais franceses com o objetivo de forçar o rompimento com a neutralidade brasileira e formalizar um apoio aos aliados. Os que participaram desse movimento ficaram conhecidos como “aliadófilos”. O mesmo também ocorria em relação ao apoio dado ao lado alemão do conflito. Os “germanófilos”, de forma bastante parecida, pressionavam o governo para romper com a neutralidade e declarar apoio ao lado alemão do conflito. A pressão a favor do lado alemão geralmente vinha da região sul do país em decorrência do seu processo histórico de colonização germânica.³

Apesar disso, por conta dos motivos já destacados, e dos efeitos da Doutrina Monroe, o Brasil demoraria a entrar no conflito. Reforçando a liderança continental que os Estados Unidos exercia nos demais países do continente, nenhum dos países da América Latina entrou na Grande Guerra antes da sua entrada. Assim como o Brasil, os Estados Unidos mantiveram a neutralidade como discurso, entrando no conflito apenas em abril de 1917. Desse modo, reforçando sua autoridade regional, os demais países latino-americanos que participaram da guerra entraram oficialmente no conflito somente após abril de 1917.⁴

O Brasil permaneceu neutro durante a maior parte do conflito. Foi somente em 26 de outubro de 1917 que, enfim, o país oficialmente entrou na guerra em uma clara resposta ao ataque do submarino alemão ao navio brasileiro *Macau*. Nesse cenário, o então Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes enviou a seguinte mensagem ao Senado e a Câmara:

Srs. membros do Congresso Nacional: Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegramas de Londres e de Madrid, o governo acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino alemão, o navio brasileiro *Macau*, e que está preso o seu comandante. A circunstância de ser este o quarto navio nosso posto a pique por forças navais alemãs é por si mesma grave, mas está gravidade sobe de ponto com a prisão do comandante brasileiro. Não há como, Srs. membros do Congresso Nacional, iludir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha. A prudência com que temos agido, não exclui, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo ileso a dignidade da Nação, para aceitar os fatos como eles são e aconselhar represálias da franca beligerância. Se o Congresso Nacional em sua alta sabedoria não resolver o contrário, o governo mandará ocupar o navio de guerra alemão que está ancorado no porto da Bahia, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação das equipagens dos navios mercantes de que nos utilizamos. Parece chegado o momento, Srs. membros do Congresso Nacional, para caracterizar na lei a posição de defensiva que nos tem determinado os acontecimentos, fortalecendo os aparelhos de resistência nacional e

³ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 51-52.

⁴ ibidem, p. 32

completando a evolução da nossa política externa, à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil.⁵

Palácio da presidência, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1917- Wenceslau Braz P. Gomes.

Essa mensagem do presidente da república Wenceslau Braz evidencia que a princípio nunca foi desejo do Brasil entrar no conflito, contudo, o contexto de ataques a navios brasileiros o induziu a romper com a neutralidade e declarar guerra ao império alemão. Nesse sentido, quando o presidente através da mensagem acima informar ao Congresso Nacional a necessidade de romper com a neutralidade, ele está buscando por meio da mensagem formar uma articulação política em torno desse novo cenário em que o país iria encontrar dali em diante.

Dessa forma, o Brasil entrou no conflito. É importante destacar que não houve formalmente uma clara declaração de guerra feita pelo Brasil ao Império Alemão, mas sim o reconhecimento de um estado de guerra provocado pela própria Alemanha.⁶ De forma geral, isso significava basicamente uma ruptura das relações diplomáticas existentes entre os dois países. O rompimento dessa relação aliado ao já existente bloqueio naval imposto pelos alemães prejudicaram de forma significativa as exportações de café, principal produto da economia brasileira. Embora as disputas entre as potências europeias ocorressem majoritariamente em solo europeu, o Brasil a partir de agora teria que contribuir com o esforço de guerra dos aliados.

Para que esse esforço de guerra fosse possível era preciso que rapidamente ocorresse uma organização interna dentro do Brasil. Para isso, o Presidente da República Wenceslau Braz por meio de um decreto confirma a entrada do Brasil no conflito.

Artigo único- Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providências constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações do crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário.⁷

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 96º da Independência e 29º da República.

⁵ O jornal O Paiz em primeira sua página do dia 26 de outubro de 1917, traz em destaque a mensagem do presidente Wenceslau Braz ao Congresso Nacional informado a necessidade da entrada do Brasil na guerra em prol da dignidade da nação.

⁶ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 116.

⁷ DECRETO nº 3.361, DE 26 DE OUTUBRO DE 1917 sancionado pelo então Presidente da República formalizando a entrada do Brasil no conflito. O decreto está presente no livro Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1917- volume I -Actos do Poder Legislativo, p. 169.

Nesse cenário, o reconhecimento do estado de guerra contra a Alemanha não foi suficiente para diminuir as tensões sociais e políticas existentes no Brasil. Devido o distanciamento do conflito não existiu internamente uma ideia clara e unânime de integralidade dos brasileiros em torno do conflito. Não existia entre os brasileiros uma noção de “nós contra eles” como existia no epicentro do conflito. Um ponto que exemplifica a falta de união interna, é a constante preocupação que o governo federal nutria por parte de alguns colonos de origem germânica no sul do país que se posicionavam como germanófilos indo de forma contrária ao posicionamento do governo federal na guerra. Essa ameaça doméstica assustava o governo federal, que temia perder o controle sobre a região. Esta ameaça ganhou ares de realidade em Florianópolis onde um cônsul alemão incentivava os imigrantes a se armarem e provocarem tumultos nas cidades catarinenses com população predominante de origem germânica. Tendo que lidar com esse cenário, o presidente Wenceslau Braz, através da LEI nº. 3.393 de 16 de novembro de 1917⁸, (conhecida como Lei de Guerra) decretou estado de sítio no país.⁹

Com a implementação do estado de sítio ficou efetivada a suspensão de direitos civis e constitucionais. Greves e manifestações passaram a ser reprimidas pela polícia. No sul do país medidas restringiam a circulação de jornais publicados em alemão. Além disso, passou a ser proibido o funcionamento de escolas de origem germânicas, resultando também em duras fiscalizações em torno das demais escolas de língua estrangeiras. Passou a ser obrigatório apenas o ensino da língua portuguesa além do ensino de História e Geografia do Brasil. Medidas como essas tinham como objetivo o fortalecimento de uma identidade nacional muito importante em período de guerra. O governo federal, desse modo, tentava organizar através dessas e de outras medidas o país, que agora tinha que atuar como uma nação beligerante.¹⁰

Buscando manter a união e a tranquilidade o presidente Wenceslau Braz envia a seguinte mensagem aos governadores dos estados:

É necessário que se dissipam todas as divergências internas, e que a Nação apareça una e indivisível em face do agressor; para isso o governo aconselha e espera de toda a República o maior acatamento às suas decisões; da imprensa, que nunca faltou com o seu patriotismo nos momentos graves, se dispensar de dissensões inoportunas. Nossas tradições liberais ensinaram sempre o respeito às pessoas e bens do inimigo, tanto quanto forem compatíveis com a segurança pública, e assim devemos proceder. É oportuno que aconselhamos a maior parcimônia nos gastos de qualquer natureza,

⁸ A Lei está presente no livro Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1917- volume I -Actos do Poder Legislativo, p. 187.

⁹ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 127.

¹⁰ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 127

públicos ou particulares. Intensifique-se tanto quanto possível a produção dos campos, afim de que a fome, que bate já às portas da Europa, não nos aflija também, e antes possamos ser o celeiro de nossos aliados. Estejam todos as atenções alerta aos manejos da espionagem, que é multiforme, e emudeçam todas as bocas, quando se tratar do interesse nacional.¹¹

Palavra do presidente da República aos governadores dos Estados

Nesse trecho o presidente busca uma proximidade com os governadores dos estados brasileiros, destacando a necessidade de integralidade e união nesse momento de guerra. Nesse sentido, manter uma relação amigável com todos os estados da união era fundamental para o sucesso brasileiro na guerra. Para isso, o presidente Wenceslau Braz destacou a necessidade da imprensa em reduzir divergências internas a favor do espírito patriótico tão necessário nesse contexto. Além disso, a mensagem ainda destaca a necessidade de reduzir os gastos públicos desnecessários para que o país possa sofrer com o menos possível com a escassez, muito comum em cenário de conflitos.

A contribuição brasileira na guerra foi confirmada após a participação do representante brasileiro Olyntho de Magalhães na Conferência Interaliada, realizada entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917, em Paris. Embora modesta e frequentemente subestimada, a contribuição brasileira na Primeira Guerra foi importante em diferentes frentes no conflito. Dessa forma, a contribuição brasileira na guerra resultou em: o envio de uma divisão naval responsável por patrulhar e combater os submarinos alemães no Atlântico Sul; abertura dos portos brasileiros para nações aliadas; e o envio de aviadores navais para a Inglaterra e de uma missão médica militar para a França.¹²

A missão médico-militar enviada à França foi talvez a mais importante contribuição brasileira na Guerra. Afinal, os missionários brasileiros salvaram várias vidas na Europa. Liderados pelo médico e deputado federal José Thomaz Nabuco de Gouvêa, a missão médica contou com a participação de mais de 100 missionários e cerca de 30 militares que ficarão responsáveis por proteger o prédio do hospital brasileiro em Paris.¹³ Para além da capital parisiense, a missão médica brasileira prestou serviços em diferentes cidades francesas como: Besançon, Bordeaux, Bourges, Clermont-Ferrand, Le Mans, Limoges, Marseille, Montpellier, Nantes, Reims, Rennes e Tours.¹⁴

¹¹ Mensagem presente na segunda página do jornal O Paiz do dia 28 de novembro de 1917.

¹² DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 129

¹³ BRUM, E. Cristiano. A missão médica Brasileira na primeira Guerra Mundial através de relatos e memórias de seus participantes. Oficina do Historiador, Porto Alegre, 2015, p. 50.

¹⁴ Ibidem, p. 58

Do ponto de vista econômico, se inicialmente a entrada do Brasil na guerra representava um risco econômico. A essa altura do conflito, o Brasil esperava ter ganhos econômicos consideráveis com a sua atuação na Guerra. A entrada brasileira na guerra representava um aumento significativo das vendas de commodities aos países aliados. Como grande produtor de matérias-primas, suprimentos e gêneros alimentícios, calculava-se que agora as exportações brasileiras poderiam ter aumento significativo em decorrência da sua participação. Além disso, outros ganhos materiais estavam em jogo, como, por exemplo, os navios alemães, atracados em portos brasileiros. Devido às dificuldades impostas pelo conflito a escassez dos meios de transporte e navegação eram precárias, com isso, a disponibilidade dos navios atracados em portos brasileiros representava um ativo importante, pois era um produto escasso e de extrema importância no conflito. Com o reconhecimento do Brasil como nação beligerante era cogitado internamente o uso da frota naval alemã para o transporte e comércio dos produtos de exportação.¹⁵

A entrada do Brasil em última análise, tendo como foco o ponto de vista diplomático, representava o desejo de um aumento no prestígio internacional, visando a participação brasileira nas futuras negociações de paz que certamente viriam com o fim da guerra. A relação de proximidade e respeito que nutria com os Estados Unidos, entrando no conflito somente após a sua entrada, era de real serventia para o Brasil durante e depois da guerra nas negociações. Tendo entrado do lado aliado e participado ativamente do esforço de guerra, o Brasil ganhou prestígio e não deixaria de usar isso ao seu favor. Desse modo, além do próprio Estados Unidos e do Canadá, o Brasil, seria apenas a terceira nação americana a participar das negociações em Paris. Sendo a única nação latino-americana.¹⁶

O Brasil ganha o direito de negociar a Paz

Em janeiro de 1919, o mundo acompanhou com atenção o início da Conferência de Paris. O evento reuniu dezenas de delegações estrangeiras na capital francesa com o intuito de planejar os termos de paz que deveriam ser seguidos ao fim da Primeira Guerra Mundial, encerrada com o armistício em novembro de 1918. Os quatro anos anteriores de conflito abalaram a próspera e confiante Europa, que se colocava diante o resto do mundo como o

¹⁵ LACERDA, M. de M. Diplomacia presidencial de Epitácio Pessoa: análise da política externa do presidente eleito: da Conferência da paz à volta ao Brasil. 2012. 157f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020, p 53 apud (Garcia, 2006, p. 44) .

¹⁶ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016.

centro civilizado. Desse modo, cabia aos líderes negociarem e recuperarem a paz perdida através dos termos a serem negociados. Porém, alcançar a paz não seria tarefa fácil.¹⁷

Em Paris os resquícios da Grande Guerra recém-terminada estavam visíveis por toda cidade: refugiados na região norte; canhões alemães capturados faziam parte do cenário da Praça de Concórdia e da avenida Champs-Élysées; destroços e janelas cobertas por tábuas marcavam onde as bombas da vizinha Alemanha haviam caído. Os vitrais originais da catedral de Notre-Dame tinham sido retirados de forma preventiva e no seu lugar painéis amarelos expressavam uma atmosfera opaca e triste que representava não somente o templo religioso, mas toda a cidade¹⁸.

Nem os americanos, nem os ingleses queriam que a Conferência da Paz fosse realizada em Paris. O coronel Edward House, um importante membro da delegação americana, anotou em seu diário: “Já será no mínimo difícil uma paz justa, e quase impossível na atmosfera de uma capital beligerante. Tudo pode acabar bem, mas também pode ser uma tragédia”¹⁹. A verdade é que nem Paris nem os franceses estavam preparados emocionalmente para debater um acordo de paz realmente justo.

Do armistício à mesa de negociações da paz passaram-se menos de dez semanas, sendo esse período extremamente caótico e agitado. As antigas Potências Centrais, Alemanha e Áustria, estabeleceram novos governos democráticos com ampla participação feminina que votava, em ambos os casos, pela primeira vez. O mesmo ocorreu na Grã-Bretanha. Já nos Estados Unidos, às vésperas do armistício, os norte-americanos elegeram um congresso de maioria republicana em oposição ao presidente democrata Woodrow Wilson. A Rússia seguia em sua guerra interna entre a oposição branca e os bolcheviques liderados por Lenin. Nesse mesmo tempo, novos países surgiam na fronteira com a Rússia, a Finlândia, no Ártico e a Geórgia, no Cáucaso, iniciava os preparativos que seriam usados para assegurar suas novas fronteiras e independência durante a Conferência em Paris. Disputas semelhantes por territórios e autonomia ocorriam nos Bálcãs e no leste europeu. Saído da Europa, da África ao Oriente Médio até a Ásia oriental, os governos autônomos e os domínios coloniais, principalmente os sobre controle britânico, buscavam estratégias para defender o motivo pelo qual a Conferência de Paz deveria modificar a suas realidades territoriais e políticas.²⁰

¹⁷ MACMILLAN, Margaret. Paz em Paris. A Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro de Janeiro, 2004.

¹⁸ Ibidem, p 37-38.

¹⁹ Ibidem, p. 38.

²⁰ SONDHAUS, Lawrence. A primeira guerra mundial. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p 490.

Em decorrência do esforço de guerra brasileiro, o Brasil ganhou o direito de participar das negociações de paz em Paris. Contudo, o governo brasileiro foi informado que poderia enviar apenas uma pequena delegação, devido a sua classificação como “potência beligerante com um interesse especial”, assim como Bélgica, Grécia e Portugal. A categoria de “grande potência beligerante” era reservada a países como Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão.²¹ As potências menores, por conta dessa classificação, não deixaram de protestar, acreditando na possibilidade de enviar um maior número de representantes às negociações. Portugal, por exemplo, que tinha contribuído com cerca de 60.000 soldados para o *front* ocidental, não se conformou com apenas um representante, enquanto o Brasil teria três. A Inglaterra apoiou o seu velho aliado Portugal, enquanto os Estados Unidos apoiaram o seu parceiro continental.²²

Antes de tudo a Conferência da Paz representava lutar por interesses, ninguém era realmente bom ou mal em Paris, todos estavam ali buscando algo. Seja o melhor acordo que beneficia sua nação, e assim, reduzir suas punições em decorrência da guerra, como era o caso da Alemanha e das demais nações derrotadas. Ou buscado algum tipo de represália a vizinha indesejada por todo sofrimento causado durante o conflito, como era o caso da França e da Inglaterra. Além dos interesses como nação, os representantes também tinham interesses individuais. O presidente norte-americano, Wilson, por exemplo, com as suas propostas dos 14 pontos tinham como estratégia demonstrar ao mundo a sua capacidade de liderar a construção da paz.

Diplomacia e liderança de Epiácio Pessoa em Paris

Poucos dias após ser assinado o armistício, o mandato do presidente Wenceslau Braz, que ficou responsável por conduzir o Brasil durante todo conflito chegou ao fim. O seu sucessor, o presidente eleito, vitorioso no pleito de 1918, Francisco de Paula Rodrigues Alves, em decorrências do seu grave estado de saúde, não tomou posse e acabou não resistindo à gripe espanhola, falecendo em 16 de janeiro de 1919. Dentro desse contexto, o então vice-presidente eleito, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ficou responsável por governar o país até que uma nova eleição fosse realizada.

Nesse cenário, o Brasil precisava formalizar os seus representantes a serem enviados a Paris. Rui Barbosa, senador e jurista de maior destaque no país e que já havia participado da

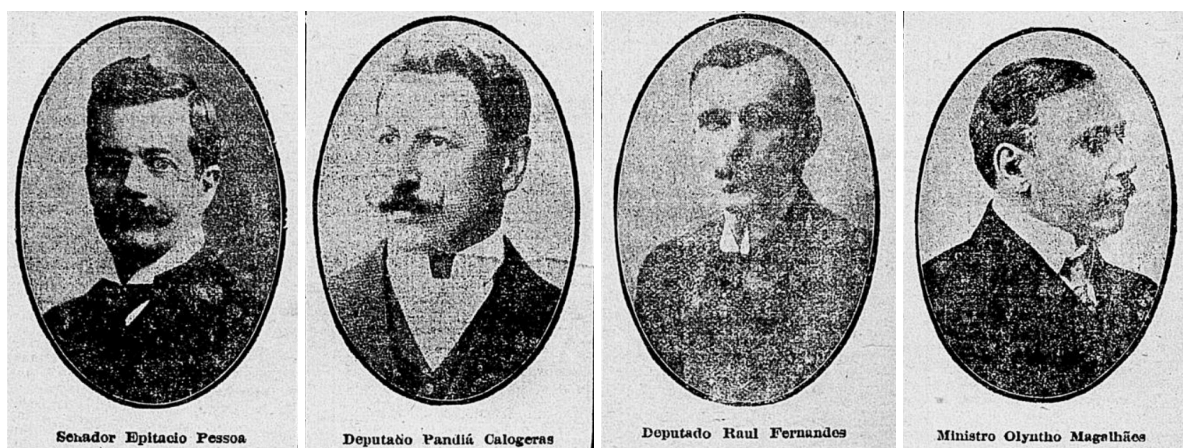
²¹ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 206

²² MACMILLAN, Margaret. Paz em Paris. A Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro de Janeiro, 2004, p 70.

Conferência de Haia em 1907, foi convidado para liderar a comitiva diplomática brasileira na conferência, porém declinou da convocação alegando divergências políticas com o governo. Diante da recusa de Rui Barbosa, o Chanceler Brasileiro Domício da Gama nomeou uma delegação composta por Epiácio Pessoa, João Pandiá Calógeras, Raul Fernandes e Olyntho de Magalhães. Epiácio Pessoa, que tinha forte vínculo e admiração pela cultura francesa, foi oficializado como líder da delegação brasileira. Vale ressaltar que mais tarde no mesmo ano Epiácio Pessoa derrotaria Rui Barbosa na campanha eleitoral para presidente da República em 1919.²³ Estar em Paris e ter seu nome sempre ventilado na política e na mídia brasileira durante a Conferência foi um dos pontos determinantes para a vitória eleitoral de Epiácio Pessoa no Brasil.

A delegação brasileira partiu rumo a Paris no dia 2 de janeiro de 1919, após o discurso do presidente Delfim Moreira.

Está marcado para hoje, pela manhã, a partida do vapor *Curvello*, que transportará à França os membros da embaixada com que o Brasil vai comparecer ante o Congresso de Versailles. Essa missão excepcional leva uma responsabilidade gravíssima, que é lícito aferir pela confiança e pela esperança que todo o país sobre ela convergem²⁴.



Membros da delegação brasileira na Conferência de Paris²⁵

²³ DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. Editora Contexto, 2016, p 206

²⁴ Notícia do “O paiz” do dia 2 de janeiro de 1919, que noticiava o embarque, o otimismo e a esperança dos brasileiros impostas aos representantes brasileiros na Conferência da paz em Paris.

²⁵ Biografia dos membros da delegação brasileira: **Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa** nasceu na Paraíba em 1865, estudou Direito na Faculdade de Direito do Recife, ocupou diversos cargos públicos e quando foi convocado a liderar a delegação brasileira era senador pelo seu estado natal; **João Pandiá Calógeras** nasceu no Rio de Janeiro em 1870, possuía formação em engenharia e geologia e quando foi convidado por Epiácio Pessoa a integrar a delegação brasileira em Paris era deputado federal pelo estado de Minas Gerais; **Raul Fernandes** nasceu no Rio de Janeiro em 1877, estudou direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo em 1898. Após se formar ocupou o cargo de deputado estadual e posteriormente federal pelo estado do Rio de Janeiro. **Olinto Máximo de Magalhães** nasceu em Minas Gerais em 1867, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887. Ocupou o cargo de ministro das relações exteriores do Brasil.

É interessante observar nessa notícia o peso simbólico que a delegação brasileira carregou antes e durante as negociações. Afinal, a Conferência era na época compreendida como o grande evento que iria colocar a humanidade de volta nos trilhos. Nessa perspectiva, a busca pela paz representava o desejo de conduzir a humanidade a um futuro em que Grandes Guerras como a que tinha chegado ao fim não voltaria a se repetir. Desse modo, não era esperado menos do que uma boa atuação dos membros da delegação brasileira enviados à Paris.



Foto do Comitê Organizador da Liga das Nações – Paris, 1919²⁶
(Epitácio Pessoa e o segundo homem sentado à direita da imagem)

A imprensa na cobertura da Conferência de Paz

Para os representantes que negociavam as condições de paz, ter um bom desempenho em Paris representava alcançar prestígio e destaque mundial. Além disso, participar das negociações com acordos que beneficiam seu país significava um valioso ganho político pessoal dentro da sua pátria. Nesse sentido, a imprensa era para alguns um importante aliado. O presidente norte-americano, Wilson, por exemplo, fazia questão de destacar a todo instante a sua proposta dos 14 pontos à imprensa. Com a frase: “Pactos abertos e abertamente alcançados” Wilson queria enfatizar que o tempo dos tratados secretos como os ocorridos antes e durante a Grande Guerra havia chegado ao fim.²⁷ Afinal, era interesse comum de todos saber o que ocorria em Versalhes.

A partir desse interesse comum era esperado pela imprensa que todas as negociações passassem a ser abertas e caberia à imprensa informar ao público os acontecimentos.

²⁶ Fonte: Fotografia do Acervo Pessoal presente no Livro: Epitacio Pessôa: Na Europa e no Brasil.

²⁷ MACMILLAN, Margaret. Paz em Paris. A Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro de Janeiro, 2004, p 69-70.

Entretanto, havia grande divergência sobre até que ponto a imprensa poderia ter acesso às discussões. Era uma verdadeira disputa, onde os interesses dos jornalistas em ter acesso a informações e discussões esbarravam em restrições aos jornalistas. Essa contradição entre proximidade e distanciamento, onde por vezes, a imprensa é vista como aliada e em outros momentos com algo a ser evitado, sempre foi recorrente ao longo da história da imprensa e não foi diferente durante a Conferência de Paris. No trecho abaixo é possível observar como dois dos principais líderes da Conferência (Clemenceau e Lloyd George) apresentavam receio sobre a cobertura jornalística em Paris.²⁸

Os representantes da imprensa reivindicaram o direito de presenciar as reuniões do Conselho Supremo, ou de, pelo menos, receber sumários diários de seus debates. Ele sempre lutará pela liberdade da imprensa, disse Clemenceau ao seu auxiliar, general Mordacq, mas tudo tem limite. Seria um “verdadeiro suicídio” deixar a imprensa reportar as discussões do dia-a-dia do Conselho Supremo. Se isso ocorresse, comentou Lloyd George, a Conferência de Paz não teria fim.²⁹

Nesse contexto, tentando equilibrar as contradições que mantinha, por um lado, restrições de acesso aos jornalistas, mas, ao mesmo tempo, tentava manter uma certa proximidade com a imprensa, o líder britânico Lloyd George propôs que fizesse um comunicado informado à imprensa onde seria explicado que os processos decisórios das grandes potências seria realizado de forma restritiva, sendo assim, limitado o acesso da imprensa. Essa medida foi compreendida pelas principais lideranças como uma forma que permitiria facilitar as negociações, tendo em vista, que a imprensa poderia suscitar desacordos que fariam com que os tratados e acordos se prolongassem³⁰.

No Brasil a conferência e os tratados negociados em Paris eram de longe o principal assunto dos grandes jornais e periódicos. Tudo era noticiado: as viagens das delegações que estariam presentes em Paris, o embarque, a recepção dos principais líderes na capital francesa, as reuniões, os acordos e desacordos. Todo esse cenário foi por alguns meses destaques nas capas dos principais jornais pelo País. O jornal O Paiz e o Correio da Manhã, por exemplo, contavam com correspondentes especiais enviados a Paris. Esses jornalistas frequentemente publicam notícias e opinião com destaque na primeira capa dos jornais. Possibilitando com que os leitores não tivessem apenas acesso às notícias, mas também a opinião de jornalistas que estavam próximos geograficamente dos locais de negociações.

²⁸ Ibidem, p. 70

²⁹ Ibidem, p.70

³⁰ Ibidem, p.70

O trecho abaixo destaca a mensagem de Fred S. Ferguson correspondente especial da United Press, a serviço exclusivo do O Paiz. Nesse sentido, o trecho informa e contextualiza o momento exato em que o tratado de versalhes estava sendo assinado.

VERSAILLES, 28 (U. P.) — O primeiro ministro Clemenceau, na qualidade de presidente da Conferência da Paz, abriu a sessão da conferência, durante a qual se realizou a cerimônia final da assignatura do tratado. A cerimônia durou menos de uma hora. O primeiro ministro Clemenceau declarou encerrada a sessão às 3:51 da tarde. Às 3:50 já haviam assinado o tratado todos os delegados da paz. Ao abrir a sessão, Clemenceau garantiu aos allemães que o texto do tratado, que iam assinar, era o mesmo que lhes havia sido entregue anteriormente. [...] Quando haviam sido todas as assinaturas, Clemenceau disse: "As condições de paz são agora um facto consumado. Está encerrada a sessão. " Os delegados alliados conservaram-se sentados, deixando que os allemães fossem os primeiros a sair da sala, o que se deu às 3:52 da tarde. [...] Sr. Clemenceau parecia uma criança em seu entusiasmo, quando dirigia a delegação francesa para assinar o tratado.³¹

Jornal O Paiz 29 de Junho de 1919

Esse trecho é interessante, pois ele nos permite observar como o trabalho do correspondente era importante dentro do noticiário sobre a conferência. Esse trecho em especial está centralizado na primeira página do jornal, e tem como objetivo conduzir o leitor ao contexto da assinatura do tratado de Versalhes. Destacado o processo final de assinatura do Tratado de Versalhes, noticiado assim como foi o comportamento das principais delegações envolvidas nesse ato. Nesse sentido, a notícia funciona como uma construção de cenário e transmite ao leitor uma ambientação de como foi o fim das negociações de paz. Além disso, o fato da notícia está centralizado e em destaque atribui a ela grande importância e prioridade editorial, estratégia essa muito utilizada para aproximar o leitor geograficamente distante da fonte da notícia em Paris.

A capa abaixo do jornal Correio da Manhã tem como foco central destacar o cenário internacional de recepção do tratado de Versalhes.

³¹ Jornal O Paiz 29 de Junho de 1919. Notícia do correspondente especial Fred S. Ferguson em destaque na primeira página.



Capa do jornal Correio da Manhã do dia 30 de junho de 1919³²

BERLIM, 29 –Na imprensa desta manhã aparecem poucos comentários sobre a assinatura do Tratado de Paz. A folha pan-germanista "Deutsche Zeitung" pública, entretanto seguinte nota em toda a extensão da primeira página: “A honra da Alemanha foi hontem enterrada na sala dos Espelhos em que no glorioso anno de 1871 o Império Germânico foi restaurado em seu primitivo esplendor. Trabalhando sem descanso o povo allemão vai empenhar-se em ocupar novamente o lugar a que tem direito entre as nações do mundo. Então nós vingaremos da desgraça de 1919.” O “Berliner Tageblatt” diz: “O povo allemão rejeita o Tratado que assinaram. Nós não acreditamos por um simples momento que elle seja executado. Apesar de ser escrito em pergaminho não passa de um farrapo de papel, porque é uma burla de todas as leis da Razão e da Moral e o mais deshoroso quadro do museu da civilização³³.”

Trecho da capa do jornal Correio da Manhã do dia 30 de junho de 1919.

Esse trecho da capa do jornal Correio da Manhã do dia 30 de junho de 1919 é muito interessante, pois ele nos permite ter uma dimensão do contexto social de recepção do Tratado de Versalhes dentro da sociedade alemã. Nesse sentido, as frases: “A honra da Alemanha foi hontem enterrada na sala dos espelhos” ; “o povo allemão vai empenhar-se em ocupar novamente o lugar a que tem direito entre as nações do mundo. Então nós vingaremos da desgraça de 1919”, são frases que transmitem a indignação sentida pelo povo alemão devido à

³² Capa do jornal Correio da Manhã do dia 30 de junho de 1919. Essa capa é interessante, pois ela aborda a repercussão da assinatura do tratados de Versalhes assinado poucos dias antes. O principal destaque da capa está em notícias como a imprensa alemã noticiou a assinatura do tratado.

³³ Trecho da capa do jornal Correio da Manhã do dia 30 de junho de 1919.

assinatura do tratado de Versalhes. Essa indignação da sociedade alemã seria mais tarde um dos causadores da Segunda Guerra Mundial.

Além disso, a capa acima destaca a variedade de assuntos noticiados em destaque sobre a Conferência da Paz. Em um contexto recente da assinatura do tratado de Versalhes o principal intuito dessa capa era notícia como foi a difusão do tratado de Versalhes pelo mundo. Embora, com diferentes notícias, todas elas estão de alguma forma relacionadas ao contexto de negociações em Paris. Com isso, nota-se que durante a Conferência da Paz o noticiário internacional ocupava um significativo espaço dentro da imprensa brasileira. Capas de jornais como a destacada acima, totalmente preenchidas por notícias relacionadas à conferência, eram comuns dentro do noticiário brasileiro durante esse período de negociações. Desse modo, qualquer nome que fosse vinculado à Conferência ganharia grande projeção nacional devido a importância histórica e midiática deste evento.

Prova disso são os membros da delegação brasileira enviados a Paris. Epiácio Pessoa, por exemplo, saiu do Brasil como senador e retornou como presidente eleito. João Pandiá Calógeras, que já havia sido ministro da agricultura e da fazenda, saiu do país como deputado federal e retornou ao Brasil nomeado por Epiácio para se tornar o único **civil** a chefiar o Ministério da Guerra. Raul Fernandes saiu do Brasil como deputado federal e após sua participação na Conferência da Paz engrenou uma carreira como diplomata, sendo delegado do Brasil nas reuniões da liga das nações em Genebra. E por fim, Olyntho de Magalhães, que antes da guerra era o diplomata brasileiro em Berna, na Suíça, e durante a guerra trabalhou em Paris, foi o que teve menor destaque em relação a prestígio e reconhecimento no pós-conferência, mas ainda, sim, retornou ao Brasil e foi eleito por dois mandatos deputado Federal.

Imprensa e História: entendendo sua atuação na política

Para o historiador José D'Assunção Barros, a imprensa, através do seu principal produtor, o jornal, é um importante meio de informação e comunicação com o público. Para o historiador, embora o jornal tenha como principal função informar ele também comunica ideias e valores à sociedade. Nesse sentido, ao agir sobre a sociedade, a imprensa transmite não somente informação, mas também, opinião e discurso que chegam rapidamente e de forma facilitada ao grande público.³⁴ Desse modo, tendo acesso de forma fácil e rápida aos jornais, a sociedade, há muito tempo usa desse meio de comunicação para construir seu

³⁴ BARROS, José D'Assunção. O jornal como fonte histórica. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2023, p 32.

conhecimento sobre a sua realidade cotidiana. Diante disso, desde dos primeiros impressos no século XV até os dias atuais é por meio dessa fonte que a população obtém informações sobre os mais diversos assuntos.

Tendo como característica apresentar aos seus leitores a realidade dos acontecimentos, o jornal configura-se como uma importante ferramenta de transmissão de informação e acesso às notícias. Contudo, Barros destaca que embora o jornal tenha como aptidão a realidade, isso pode não ocorrer de forma clara e objetiva. Podendo, inclusive, ser utilizado de forma parcial atendendo a certos interesses jornalísticos e empresariais.³⁵ Nesse cenário, ainda dentro de apresentar a realidade dos fatos, o jornal torna-se uma ferramenta política que possui acesso fácil ao grande público, podendo assim, interferir de forma direta na opinião pública sobre os mais variados temas. A frase “o papel impresso é mais forte que as metralhadoras”³⁶ de Oswald de Andrade, que escrevia para diversos periódicos no início do século XX, evidencia a importância reconhecida que os jornais impressos alcançaram na sociedade.

Assim como os leitores influenciam, com suas demandas e expectativas, os próprios produtores do texto jornalístico, a produção de um jornal também pode influenciar decisivamente a sua recepção. Há de fato um poder midiático que tem a capacidade de influenciar a opinião pública, e de, com isso, produzir novas demandas, ou mesmo interferir mais diretamente nos destinos de uma nação.³⁷

Por ser um produto fabricado por diferentes autores, o jornal, como produto final desse meio, acaba transmitindo ao público os interesses da sua equipe editorial, sendo, desse modo, compreendido como uma importante ferramenta de comunicação e convencimento social. Afinal, é característica dos jornais o jogo de interação existente entre a informação e a opinião, tendo como foco não apenas informar, como também convencer o leitor.³⁸ Para que esse objetivo seja alcançado são utilizados os mais variados recursos polifônicos dentro do texto, sendo a linguagem verbal e a não verbal utilizadas para fortalecer a narrativa escolhida e assim convencer o leitor. Assim como qualquer produção historiográfica, cada página de um jornal representa uma escolha narrativa que tem como objetivo convencer o leitor.

Os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais diversas, os modos como se busca comover, impactar, indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha de fotos dignificantes ou embaraçosas - existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que, *ato continuum*, precisam ser cuidadosamente decifrados pelos historiadores. Isto é tanto mais importante quanto

³⁵ Ibidem, p. 13

³⁶ MARTINS, Ana; LUCA, Regina. História da Imprensa no Brasil. Editora Contexto, São Paulo, 2008, p 110

³⁷ BARROS, José D'Assunção. O jornal como fonte histórica. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2023, p 57.

³⁸ Ibidem, p. 47

mais compreendemos que, desde sempre e cada vez mais, a imprensa tem se imposto como força política singular e incontornável nos tempos modernos. Não é possível tomar o jornal como objeto historiográfico, ou tampouco utilizá-lo adequadamente como fonte histórica, sem partir desta compreensão mínima acerca dos jogos de interesses que atravessam os jornais.³⁹

Para Jacques Le Goff (1924-2014), todo documento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.⁴⁰ Nesse contexto, quando as fontes documentais são jornais, o historiador não pode recorrer a esse tipo de fonte apenas em busca de informações. O historiador, ao ir em fontes como essas, deve ir em busca de discursos e elementos que ajudam a entender as dinâmicas sociais daquele período. Desse modo, ao ler as mais variadas fontes jornalísticas do passado é preciso saber ler os discursos inseridos nas entrelinhas, que muitas vezes não aparecem de forma clara. Diante disso, é preciso ir além e compreender os elementos narrativos que estão encobertos por trás de cada informação ⁴¹

Tendo essa compreensão como base, e mantendo um olhar crítico diante das fontes, o historiador lança suas questões e dúvidas, e de forma pretensiosa buscar através das fontes as respostas para solucionar as suas indagações. É exatamente nessa perspectiva que Le Goff destaque que o historiador não poder ser ingênuo diante das fontes, acreditado que elas voluntariamente vão dar as respostas almejadas para solucionar as suas questões. Nesse contexto, o trabalho do historiador pode ser encarado como uma investigação com métodos em busca de achar nas fontes os elementos socioculturais que transmitem uma das realidades do contexto social, econômico, cultural e político do período estudado.⁴² Desse modo, para José D’Assunção lidar com fontes textuais significa

[...] tentar decifrar os interesses que estão por trás do escrito, as visões de mundo e posições sociais que o conformam, as demandas sociais, políticas e econômicas às quais os textos atendem, as estruturas e formatos aos quais eles se adéquam, as possibilidades de sentido que os textos oferecem, e as diferentes interpretações que eles autorizam.⁴³

³⁹ Ibidem, p.43-44

⁴⁰ LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

No artigo: Documento e Monumento. Le Goff debate a relação entre a produção histórica e os documentos. Em um determinado momento do artigo, Le Goff faz referência ao filósofo Henri Lefebvre que argumenta sobre a importância dos documentos na construção e contextualização da narrativa histórica. Nesse sentido, para Lefebvre “Não há notícia histórica sem documentos”[...] “Pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados, ou escritos, aqueles fatos perderam -se” (LEFEBVRE, 1971. p 17).

⁴¹ BARROS, José D’Assunção. O jornal como fonte histórica. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2023, p 23.

⁴² BARROS, José D’Assunção. O jornal como fonte histórica. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2023, p, 17-20

⁴³ Ibidem, p. 17-18

Tendo essa perspectiva como base, os dois jornais aqui analisados e utilizados como fontes para contextualização histórica são do Rio de Janeiro, então capital e cidade mais populosa do país. Nesse período, o Rio de Janeiro era o centro econômico, político e cultural do Brasil, tendo por volta de 1 milhão de habitantes em 1915.⁴⁴ Devido a sua influência como capital e centro político-cultural, os jornais produzidos ali alcançavam significativa circulação nacional captando leitores de diferentes regiões do país. Dessa forma, compreender através dos jornais *Correio da Manhã* e *O Paíz* como foi feita a cobertura dos acontecimentos que antecedem a vitória de Epiácio Pessoa, nos ajudar a ter uma dimensão amplificada do contexto estudado.

Como chegou até aqui: A carreira e a campanha política eleitoral de Epiácio Pessoa

O diplomata agora é presidente

Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa nasceu em 23 de maio de 1865 em Umbuzeiro na Serra do Cariri na divisa entre os estados da Paraíba e de Pernambuco. Ainda muito jovem, Epiácio se tornou órfão em decorrência do vírus da varíola que no intervalo de pouco mais de um mês vitimou seu pai e sua mãe. Por conta dessa fatalidade, aos oito anos de idade Epiácio teve que se mudar para um colégio interno em Pernambuco no qual estudou até a sua juventude. O próprio Epiácio Pessoa destacava a fatalidade da perda de seus pais como um ponto determinante em sua trajetória, segundo ele, “se meu pai tivesse vivido, eu não teria podido estudar com regularidade, ele não se resignava a separar-se de mim”.⁴⁵ Embora tenha estudado a sua vida toda em Pernambuco, onde cursou direito na Faculdade de Direito de Recife, Epiácio, sempre se considerou paraibano, mantendo assim, sempre uma relação de proximidade com o seu Estado de origem.⁴⁶

Aos 25 anos de idade Epiácio iniciou sua carreira política se tornando nas eleições de setembro de 1890 o candidato mais votado para a bancada paraibana na Assembleia Constituinte.⁴⁷ Nesse período inicial do republicanismo no Brasil, Epiácio se destacou por sua liderança na oposição ao Presidente Floriano Peixoto, se consagrando como um dos grandes oradores no parlamento. Sempre em defesa do Direito Constitucional, foi na fase

⁴⁴ DUARTE, L. A. F. Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano : estudo interpretativo das relações dos jornais *A Federação*, *Correio da Manhã*, *Correio do Povo* e *Tribuna da Imprensa* com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva / Luiz Antônio Farias Duarte. – Porto Alegre, 2012, 64.

⁴⁵ PARDELLAS, P. A. Carlos. Epiácio Pessôa: Na Europa e no Brasil. história diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018, p 315

⁴⁶ PARDELLAS, P. A. Carlos. Epiácio Pessôa: Na Europa e no Brasil. história diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018, p 315

⁴⁷ *Ibidem*, p. 319

constituente que Epiácio ganhou visibilidade ao defender temas sensíveis à época como atribuir punições a crimes de responsabilidade do presidente da república, igualdade dos estados e precedência do casamento civil sobre o religioso.⁴⁸

Os quatros anos de mandato como parlamentar o ajudaram a consolidar seu prestígio dentro do cenário político brasileiro. Sendo assim, posteriormente, indicado pelo presidente Campos Salles a ministro da justiça, cargo em que ocupou de 15 de novembro de 1898 a 6 de agosto de 1901. Em sua atuação como ministro, Epiácio se destacou por chefiar a criação do projeto do Código Civil (Projeto Clóvis Beviláqua). Projeto esse que passou quinze longos anos sendo discutido no Congresso, até ser transformado em lei em 1916, durante o governo de Wenceslau Braz, quanto o relator geral do Senado Federal era o próprio Epiácio Pessoa. O Código Civil Brasileiro foi substituído apenas em 2002, vigorando por quase um século.⁴⁹

Como Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocupou de 29 de janeiro de 1902 a 17 de agosto de 1912, Epiácio revelou-se como jurista, tratado dos mais variados temas como: impostos interestaduais, terras públicas, competência da Justiça Federal e das Justiças locais, *habeas corpus*, *impeachment*, entre outros assuntos.⁵⁰ Durante esse período no STF, Epiácio acumulou ainda a função de Procurador-Geral da República, ficando no cargo de 7 de junho de 1902 até 21 de outubro de 1905. Como procurador, Epiácio manteve relação próxima com os ministros que compunham o governo de Rodrigues Alves.⁵¹

Por fim, antes de chefiar a delegação brasileira em Paris, e dentro desse contexto, tornar-se presidente da república, Epiácio Pessoa foi Senador. Eleito em 1912 pelo seu estado de origem à Paraíba, ocupou o cargo de 3 de maio de 1913 a 28 de julho de 1919 quando deixou o cargo para ser nomeado presidente da república. Como senador atuou em defesa do reconhecimento legítimo dos poderes republicanos, sendo membro da Comissão de Legislação e Justiça na qual dedicou grande parte de seu trabalho no senado. Além disso, foi relator-geral do Código Civil e do Código de Comércio.⁵²

Senador por um pequeno estado nordestino, detentor de reconhecidas qualidades como parlamentar e magistrado, ex-juiz do Supremo Tribunal Federal e ex-ministro da Justiça, ausente do país onde prestava importante serviço diplomático à nação e, portanto, distante do contexto de disputas partidárias, Epiácio Pessoa era o nome ideal, o nome da conciliação que

⁴⁸ Ibidem, p. 319

⁴⁹ Ibidem, p. 325-326

⁵⁰ Ibidem, p. 333-334

⁵¹ Ibidem, p. 334

⁵² PARDELLAS, P. A. Carlos. Epiácio Pessoa: Na Europa e no Brasil. história diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018, p 339-340

apresentava baixa ou quase nula rejeição. Após um longo período de negociações para escolher o nome a ser candidato à presidência da república o nome do líder da delegação brasileira em Paris foi rapidamente aceito pelas principais lideranças partidárias, sendo assim, em pouco tempo apoiado por dezoito estados da união.⁵³ Em um contexto atípico em que uma grande guerra sem precedente havia há pouco tempo chegado ao fim, e, em um país governado por um presidente interino, o nome de maior conciliação e com grande projeção midiática devido a sua diplomacia em Paris foi o escolhido.

Dessa forma, no dia 25 de fevereiro de 1919, após a realização da Conversão Nacional no prédio do Senado no Rio de Janeiro, o nome do Senador Epitácio Pessoa foi escolhido como candidato do Partido Republicano Mineiro à presidência da república. Nesse contexto, no dia 26 de fevereiro, o Correio da Manhã, traz a seguinte manchete: “O senador Epitácio Pessoa foi ontem indicado pela conversão para a presidência da República”. No mesmo dia, a capa do jornal, O Paiz resalta a escolha de Epitácio Pessoa como a “solução feliz” em sua manchete, seguida pela foto do agora candidato, a construção da capa e seu texto exaltam a escolha do senador e diplomata Epitácio Pessoa. Quase como uma comemoração.



Capa do jornal O Paiz do dia 26 de fevereiro de 1919

⁵³ Ibidem, p. 352

Essa capa é muito interessante, pois ela nos permite compreender as relações que envolvem a construção de uma narrativa jornalística. Assim como destacado anteriormente pelo historiador José d' Assunção Barros. Para ele além de noticiar o jornal também busca convencer o leitor, e, para que isso ocorra, são utilizados as mais diferentes formas de estruturação de uma notícia. Nesse caso a escolha de colocar “solução Feliz” em cima da foto de Eptácio Pessoa não ocorreu por acaso. Além disso, a capa não permite outras distrações, o fato de estar totalmente preenchida por textos e ao centro a foto com a frase em cima cria no leitor uma sensação de importância e exclusividade.

Trechos da capa do jornal O Paiz do dia 26 de fevereiro de 1919:

A opressão criada no espírito público pelo problema da sucessão presidencial, que ameaçava abrir uma intensa e perigosa luta política, capaz de desgarrar o paiz do seu rumo de operosa actividade constructora, desvanece-se, ontem, com a celebração da solene assembléia, reunida no edificio do Senado, para indicar ao eleitorado nacional o nome escolhido pelas forças estáveis da política republicana para o cargo de presidente da República, na vaga aberta pelo falecimento do eminente conselheiro Rodrigues alves.

[...] Na história da nossa vida republicana podem ter surgido candidaturas tão lógicas como a que acaba de ser consagrada na assembléia de ontem; mas nenhuma-investidura política foi mais democraticamente realizada do que essa, emanada de uma Convenção para cuja base se estabeleceu um critério de vitalidade eleitoral e para cujo prestigioso resultado concorreram poderosamente dois notáveis factores novos—o alheamento do candidato, por fim vitorioso, de todos os passos e combinações de que resultou a sua escolha e a atitude de serena e firme imparcialidade mantida pelo illustre Dr. Delfim Moreira quanto ao problema da sucessão presidencial, resistindo a todas as seducções para abandonar essa directriz, em que demonstrar a excelência da sua educação política e a boa compreensão dos seus deve.⁵⁴

A partir desses trechos é possível analisar o contexto que possibilitaram a candidatura de Eptácio Pessoa à presidência da república. Nesse sentido, o seu nome foi na época compreendido como a escolha ideal ou para usar o termo empregado pelo jornal O Paiz a “solução feliz” para solucionar o problema da sucessão presidencial que vinha desde da morte de Rodrigues Alves. Ao que parece, a sua distância geográfica do cenário político-eleitoral brasileiro não significava necessariamente um problema. Na verdade, a sua atuação diplomática em Paris o legitimava a ser a melhor escolha do Partido Republicano Mineiro para assumir a cadeira de presidente da república.

Ser a escolha do PRM na Primeira República não significava pouca coisa. Em um contexto político onde o país era governado por mineiros e paulistas, ser o candidato escolhido por um partido acostumado a lançar presidentes da república significava muito. Dos

⁵⁴ Jornal O Paiz do dia 26 de fevereiro de 1919.

8 presidentes eleitos, 3 haviam sido eleitos pelo PRM. O seu antecessor, o presidente Delfim Moreira, ao qual havia confiado a liderança diplomática em Paris a Epitácio Pessoa, era do PRM. Seu adversário, o senador Ruy Barbosa, que já havia disputado a presidência anteriormente, mais de uma vez, entrava na disputa pelo Partido Republicano Paulista. Dessa forma, em um contexto completamente atípico, a disputa pela presidência da república começava.

Epitácio Pessoa não demoraria a ser informado da sua candidatura presidencial.

[...] Epitácio havia feito algumas intervenções eloquentes em defesa das pequenas potências na organização do Conselho Executivo da Liga das Nações. Certo dia, no fim do mês, começaram a chegar-lhe telegramas de felicitações. Como a linguagem telegráfica sucinta não era explícita, atribuiu-os a sua recente atuação. Os telegramas continuaram a chegar, causando espécie. Na manhã seguinte, Olyntho de Magalhães, seu amigo desde 1897 e, [...] então nosso ministro em Paris, dá-lhe por telefone as felicitações por sua candidatura à presidência da República. Epitácio, a princípio, não o leva a sério, mas seu interlocutor confirma a veracidade da informação. No dia 25 de fevereiro chega o telegrama oficial, pelo qual a Mesa da Convenção Nacional lhe comunica a escolha de seu nome.⁵⁵

Desse modo, em meio a sua participação diplomática na Conferência da Paz, o representante brasileiro também concorreria à presidência da república. Nesse cenário, a partir da notícia do O Paiz do dia 8 de março, é possível observar essa dupla relação entre a figura diplomática em Paris e o agora candidato à presidência da república no Brasil. Desse modo, a notícia apresenta a participação de Epitácio em uma conferência com os Srs. Balfour Sonnino e o Coronel House, membros da delegação norte-americana. Para logo em seguida destacar a visita do ministro chileno que levou em nome do governo chileno felicitações pela candidatura de Epitácio Pessoa à presidência da república.⁵⁶ Essa dupla relação entre diplomata, candidato e depois presidente o perseguiria até o seu retorno ao Brasil.

No dia 13 de abril de 1919, data da Eleição presidencial, o jornal O Paiz em sua capa com a foto dos dois candidatos destacar a realização do pleito eleitoral. Nesse cenário, as notícias do dia busca informar e contextualizar o leitor de como se deu até ali o processo eleitoral, que como veremos a seguir já era na época compreendida como uma “estranha” disputa presidencial devido o seu contexto pouco comum.

⁵⁵ PARDELLAS, P. A. Carlos. Epitacio Pessôa: Na Europa e no Brasil. história diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018, p 351.

⁵⁶ Notícia do jornal O Paiz do dia 8 de março.



Capa do Jornal O Paiz do dia 13 de Abril de 1919

Em um determinado trecho da notícia que estampa a capa do jornal acima é destacada a relação “estranha” que levou Epitácio Pessoa a concorrer a vaga de presidente da república.

Não há exemplo de um candidato presidencial, que tenha sido tão estranho à indicação do seu nome, como o foi o Sr. Epitácio Pessoa. Tendo aceito, em obediência aos seus sentimentos patrióticos, a árdua incumbência de representar o Brasil na Conferência da Paz, o nosso ilustre embaixador, secundado pela acção da nossa chancelaria, ia, em Paris, dando ao nosso paiz uma posição prestigiosa, como ele nunca conseguira num congresso de potências, quando a decisão espontânea dos dirigentes da política do seu paiz viu obrigado a aceitar a candidatura presidencial⁵⁷

Jornal o Paiz do dia 13 de abril de 1919

Ao analisar a notícia acima é possível compreender o carácter favorável em que o jornal O Paiz tratava Epitácio Pessoa. Sendo o editorial muito favorável à sua imagem. Além disso, o jornal faz parecer uma obrigação de Epitácio aceitar a candidatura presidencial. Ou seja, o jornal, com seu intuito de elevar a imagem de Epitácio Pessoa, faz parecer que Epitácio não queria ser candidato, mas que o seu dever em prol do país o obriga a aceitar tal desafio. Quase como um ato de heroísmo e patriótico em favor do seu país.

Vale ressaltar, ainda, que essa capa, no desenvolver da sua notícia, faz duras críticas ao também candidato Ruy Barbosa. Destacado de forma negativa como os seus correligionários

⁵⁷ Trecho da notícia do jornal O Paiz do dia 13 de abril de 1919

conduziram a campanha presidencial, em um determinado momento, a notícia chegar a usar o termo “campanha de terrorismo” para ser referir a campanha política feita pelo senador Ruy Barbosa.

Infelizmente, a atitude do candidato adverso, permitindo que, á sombra do seu nome ilustre, se abrisse uma campanha de terrorismo contra os partidários do Sr. Epiácio Pessoa e contra a imprensa que tem a audácia de julgar que o gênio incontestável de Ruy Barbosa não é uma razão suficiente para que se entregue o governo da República à influência perniciosa da baixa demagogia, com a qual o glorioso brasileiro, irrefletidamente, consentiu que se identificasse a sua candidatura. A atitude do eminente Sr. Ruy Barbosa, pactuando com certos excessos dos seus correligionários, que o seu passado glorioso o obrigava a condenar, constitue a única nota triste desta campanha presidencial, que, se, do campo dos adversários do Sr. Epiácio Pessoa, houvesse sido dirigida pela mentalidade fulgurante do Sr. Ruy, e não pelas baixas paixões dos chefes da demagogia odienta e inculta, ficaria figurando na história política do Brasil como um digno e nobre torneio de inteligências.⁵⁸

Jornal o Paiz do dia 13 de abril de 1919

Assim como a notícia anterior, a notícia acima por outros meios argumentativos também é extremamente favorável a Epiácio Pessoa. Ao criticar apenas o seu oponente, o jornal O Paiz escolher um lado. Sendo evidente o seu favorecimento a Epiácio Pessoa, enquanto, o seu oponente o candidato Ruy Barbosa tem o seu nome vinculado a uma “campanha terrorista”. Desse modo, como destacado pelo historiador José D’Assunção Barros, o jornal através do seus interesses editoriais tem o poder de interagir socialmente e politicamente dentro de uma sociedade.

Neste cenário incomum, Epiácio Pessoa foi eleito presidente. Sendo o primeiro e único presidente eleito estando fora do país. Dentro de um contexto marcado por uma Grande Guerra que a pouquíssimo tempo havia chegado ao fim. Aliado ao difícil momento político nomeado na época como o “problema da sucessão”. Epiácio Pessoa, conseguiu um feito inédito de representar o Brasil como diplomata em uma Conferência Mundial de Paz e volta de lá como o presidente eleito. A quem diga que foi sorte, mas prefiro dizer que Epiácio estava no lugar certo na hora certa. Foi o nome que o contexto pediu. Fora dessa realidade específica uma campanha e vitória eleitoral como essa seria realmente impossível.

A notícia do jornal O Paiz do dia 17 de abril de 1919 destaca a vitória de Epiácio Pessoa e os seus feitos como diplomata.

A eleição presidencial passou a ser um caso liquidado, e liquidado do melhor modo possível, pela brilhante vitória do Sr. Epiácio Pessoa. Entre os assuntos, que podem substituir nas nossas cogitações o caso encerrado da sucessão, nenhum oferece mais interesse eventual do que o que se passa na Conferência de Paris e o que, naquelle congresso internacional, vai sendo feito pela nossa delegação. Mas, para

⁵⁸ Trecho da notícia do jornal O Paiz do dia 13 de abril de 1919

apreciarmos essa questão na sua plenitude, precisamos ir além e examinar, ao mesmo tempo, o trabalho silencioso, que tem sido feito no Itamaraty pelo illustre brasileiro, a quem em boa hora foi confiada a gestão da política externa do Brasil. Sobre a acção enérgica e brilhante grandes do eminente presidente eleito da República na Conferência da Paz, já não podem restar dúvidas nem haver divergências de opinião, Nunca um embaixador do Brasil elevou tão alto o prestígio do nosso país, como o está fazendo em Paris o Sr. Epiácio Pessoa.⁵⁹

Terceira página do jornal O Paiz do dia 17 de Abril de 1919

A relação entre os feitos diplomáticos de Epiácio Pessoa em Paris e a sua bem sucedida campanha eleitoral foi frequentemente destacada nos noticiários da época. Não tinham como distinguir uma atribuição da outra. Epiácio foi eleito por estar em Paris. Por ter seu nome frequentemente noticiado e por ser a escolha da conciliação em meio ao caos do “problema da sucessão”. Epiácio Pessoa não foi como presidente para Paris, mas fez em Paris, uma diplomacia presidencial. Tendo em vista, que a possibilidade de ser presidente da república foi somente possível em decorrência do seu feito diplomático durante a Conferência de Paz. A notícia a seguir deixa mais clara essa relação entre ser nomeado chefe da delegação brasileira e ser posteriormente indicado como candidato à presidência da república.

O Sr. Domício da Gama, que teve, então, ocasião de fazer a escolha felicíssima do Sr. Epiácio Pessoa. Escolhendo o Sr. Epiácio Pessoa, não somente conseguiu o Sr. ministro das relações exteriores colocar, na Conferência, um representante, que nos obteve, ali, vantagens políticas e práticas, de primeira ordem, como fez com que ficasse como foco o nome do Sr. Epiácio Pessoa, de modo a tornar possível, no momento crítico da questão presidencial, a indicação da sua candidatura, como uma solução nacional do problema melindroso da sucessão⁶⁰.

O jornal O Paiz do dia 27 de julho de 1919

Essa notícia acima é interessante, pois possibilita analisar o contexto político que contribuíram para o sucesso eleitoral de Epiácio Pessoa. A notícia destaca a escolha do chanceler Domínio da Gama como “felicíssima” ressaltando, ainda, que em decorrência da sua escolha o nome de Epiácio Pessoa ficaria em evidência para a sua indicação à candidatura presidencial. Nesse sentido, a participação de Epiácio como diplomata em Paris já era na época compreendida como um trampolim eleitoral que resultaria na sua vitória política. Outro ponto interessante dessa notícia, é que ela é posterior aos fatos que levaram Epiácio Pessoa a presidência da república, desse modo, a notícia funciona como uma retrospectiva dos acontecimentos que culminaram nesse estranho processo eleitoral.

⁵⁹Notícia presente na Terceira página do jornal O Paiz do dia 17 de Abril de 1919

⁶⁰Notícia presente na primeira página do O Paiz do dia 27 de julho de 1919- Essa notícia é interessante, pois ela é posterior aos acontecimentos que levaram Epiácio Pessoa à presidência da república. E como uma explicação que atribui na escolha do chanceler Domício da Gama o início da resolução para o problema da sucessão que Epiácio Pessoa resolveria no mesmo estando em Paris.

Para as pretensões da política externa do Brasil, o resultado positivo da atuação de Epiácio como chefe da Delegação brasileira na Conferência da Paz foi de real importância significava um feito inédito conquistado pela diplomacia brasileira. A vitória em relação ao café, o lugar conquistado no conselho da Liga das Nações, o triunfo em relação à partilha dos navios alemão e a participação na formulação do Tratado de Paz. Foram conquistas imediatas e deixavam o país em uma ótima posição em relação aos nossos vizinhos sul-americanos. Desse modo, Epiácio era visto como o elemento que faltava para aumentar o prestígio internacional do Brasil. Era impossível desvincular as viagens de Epiácio pela América e pelo Velho Continente do aumento do prestígio internacional do Brasil, ambas as relações estavam conectadas.⁶¹

A recém-República da América do Sul apresentava-se ao mundo de forma amigável e aliada com os interesses dos nossos parceiros de guerra. Consciente do seu potencial agroexportador, dispunha de sempre ajudar na reconstrução dos danos causados pela Grande Guerra, mas também entendia a importância de participar de forma frequente e ativa nas resoluções das questões. Como afirma Eugênio Garcia (2005, p. 138), o “Brasil prestava sua solidariedade às grandes potências europeias aliadas da véspera, ao mesmo tempo, em que se identificava com as potências menores na reivindicação de princípios in abstracto, o que lhe permitia atuar em certos temas como um agente de conciliação ou mediador entre dois grupos de países”.⁶²

Considerações finais

Esse trabalho pretendeu ser uma análise sobre o cenário histórico que levou Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa à Presidência da República. Essa análise é feita por meios dos jornais Correio da Manhã e O Paiz que como visto ao longo do trabalho tinha discursos extremamente favoráveis a Epiácio Pessoa. Dessa forma, este trabalho busca entender como as relações existentes na época permitiram com que o líder da delegação brasileiro na Conferência da Paz de 1919 em Paris fosse eleito presidente do Brasil. Tendo essa questão como pilar central deste trabalho. Essa pesquisa focou em contextualizar o processo político e

⁶¹ LACERDA, M. de M. Diplomacia presidencial de Epiácio Pessoa: análise da política externa do presidente eleito: da Conferência da paz à volta ao Brasil. 2012. 157f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020, 146-147.

⁶² LACERDA, M. de M. Diplomacia presidencial de Epiácio Pessoa: análise da política externa do presidente eleito: da Conferência da paz à volta ao Brasil. 2012. 157f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020, 147-148. apud (Garcia, 2005, p. 138).

cultural que contribuíram para essa pequena “anomalia histórica”. Uso aqui o termo anomalia apenas para destacar a característica anormal (atípica) desse recorte estudado.

Ao longo da história do republicanismo no Brasil já tivemos inúmeros golpes que romperam com a estrutura democrática, já tivemos presidentes que governaram sem terem sido eleitos por voto popular, mas apenas uma única vez, tivemos um presidente que foi eleito estando durante todo o processo eleitoral fora do país. É nessa pequena anomalia histórica que esse trabalho concentrou seu estudo. Desse modo, esse trabalho não procura responder de forma definitiva ou através de única resposta essa questão. Tendo em vista, a complexidade do período estudado. O pós-guerra é por si só um período atípico, e somente esse cenário permitiria a vitória eleitoral de Epiácio Pessoa.

Os motivos que levaram Epiácio Pessoa à presidência da república são diversos. Foi neles que foquei nesse trabalho. Nesse sentido, no desenvolver da pesquisa ficou evidente os acontecimentos que contribuíram para o sucesso eleitoral de Epiácio Pessoa. O contexto internacional do período tem importante participação na eleição presidencial de 1919. Afinal, sem a sua participação diplomática na Conferência da Paz dificilmente a candidatura de Pessoa seria possível. É inegável que o direito que o Brasil ganhou de negociar a paz em Paris com o fim da Grande Guerra interferiu no processo político-eleitoral. As fontes jornalísticas nos permitem entender o peso que a Conferência da Paz possuía na época. Contudo, como em qualquer disputa eleitoral o contexto nacional e que de fato definiu a disputa presidencial. Desse modo, o cenário internacional é sim importante, mas foi o contexto interno que permitiu a vitória eleitoral de Epiácio Pessoa.

Por fim, sem os feitos diplomáticos destacados aqui, Epiácio não seria considerado como o nome da conciliação. A projeção e destaque que Epiácio Pessoa ganhou durante sua atuação diplomática o credenciaram à presidência. Sua indicação e vitória viria da sua atuação na Conferência da Paz. Nessa perspectiva, que argumento que Epiácio fez em Paris uma diplomacia presidencial. Aliando ao contexto internacional existia o contexto político interno, que também foi significativo para o sucesso da candidatura e vitória de Epiácio Pessoa. Sem o problema da sucessão presidencial em decorrência da morte de Rodrigues Alves não haveria eleição em abril de 1919.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Os presidentes e a República*: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff. 5ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2023.

BRUM, E. Cristiano. *A missão médica Brasileira na primeira Guerra Mundial através de relatos e memórias de seus participantes*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, 2015, p.42-60.

Colecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1917- volume I -Actos do Poder Legislativo. Disponível em:

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. Editora Contexto, 2016.

DECRETO Nº 11.037, DE 4 DE AGOSTO DE 1914. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br> . Acesso em 05 de julho de 2024.

DECRETO nº 3.361, DE 26 DE OUTUBRO DE 1917. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso em 8 de julho de 2024.

DUARTE, L. A. F. *Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano : estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva / Luiz Antônio Farias Duarte*. – Porto Alegre, 2012.

GARCIA, Eugênio. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. 2º ed. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2005.

LACERDA, M. de M. *Diplomacia presidencial de Epitácio Pessoa: análise da política externa do presidente eleito: da Conferência da paz à volta ao Brasil*. 2012. 157f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MACMILLAN, Margaret. *Paz em Paris. A Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra*. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro de Janeiro, 2004.

MARTINS, Ana; LUCA, Regina. *História da Imprensa no Brasil*. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

PARDELLAS, P. A. Carlos. *Epitacio Pessoa: Na Europa e no Brasil. História Diplomática*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2018.

SONDHAUS, Lawrence. *A primeira guerra mundial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FONTES

JORNAL O PAIZ, Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 30 de agosto de 2024.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=0. Acesso em 30 de agosto de 2024.



Universidade de Brasília

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E AUTENTICIDADE
DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

Eu, Lucas Pereira dos Santos, declaro para todos os efeitos que o trabalho de curso intitulado Diplomacia Presidencial? A participação de Eptácio Pessoa na missão diplomática brasileira em Paris e a campanha presidencial de 1919, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília - DF, 20 de Setembro 2024
(cidade-UF) (data)

Lucas Pereira dos Santos
Assinatura

